



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA  
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

**EDEZILDA REGINA SALES ALVES**

**ALÉM DOS MUROS E GRADES DA PRISÃO: UM DIAGNÓSTICO DO  
ARQUIVO DA PENITENCIÁRIA FLÓSCULO DA NÓBREGA**

JOÃO PESSOA

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA  
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

**EDEZILDA REGINA SALES ALVES**

**ALÉM DOS MUROS E GRADES DA PRISÃO: UM DIAGNÓSTICO DO  
ARQUIVO DA PENITENCIÁRIA FLÓSCULO DA NÓBREGA**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado  
em Arquivologia da Universidade Estadual da  
Paraíba como requisito para obtenção do grau  
de Bacharel em Arquivologia.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms . Esmeralda Porfírio de Sales**

JOÃO PESSOA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

A474a

Alves, Edezilda Regina Sales.

Além dos muros e grades da prisão: um diagnóstico do arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega. / Edezilda Regina Sales Alves. – 2012.

46f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Arquivologia, 2012.

“Orientação: Profa. Ms. Esmeralda Porfírio de Sales, Curso de Arquivologia”.

1. Arquivo de prisão. 2. Diagnóstico de arquivo. 3. Gestão de arquivos. I. Título.

21. ed. CDD 027.667

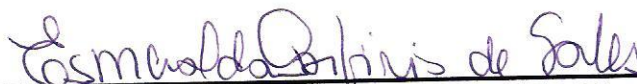
**EDEZILDA REGINA SALES ALVES**

**ALÉM DOS MUROS E GRADES DA PRISÃO: UM DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO  
DA PENITENCIÁRIA FLÓSCULO DA NÓBREGA**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 23 / 11 / 2012

Banca Examinadora



---

Prof.<sup>a</sup>. Ms. Esmeralda Porfirio de Sales – (CCBSA/UEPB)  
Orientadora



---

Prof. Especialista Eutrópio Pereira Bezerra (CCBSA/UEPB)  
Examinador



---

Prof. Ms. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (Membro Externo/IFPE)  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho, me proporcionar tantas bênçãos maravilhosas, e por abençoar minha vida de forma tão intensa.

À professora Esmeralda Porfírio, orientadora deste trabalho, pelo direcionamento e pelo respeito.

Aos professores do curso de Aquivologia da UEPB, pelo ensinamento, especialmente a Eutrópio Bezerra, Jimmy Lélis, Washington Medeiros, Aniúska Almeida, Ana Cristina, Gabriela Garcia, Geane Luna, Josemar Henrique, Rodrigo Ávila, Marcos Cavalcante, pois, com eles, pude ter um carinho especial.

Aos ex-secretários de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária, José Alves Formiga e Harrison Targino, por terem deferido e autorizado o pedido de Estágio na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, pois foi daí que surgiu a proposta para esta Monografia. Também ao ex-secretário Executivo da Administração Penitenciária, José Bernardino da Silva.

Ao ex-chefe de Gabinete da SEAP, Renato Mendes, pelas horas dispensadas em seu gabinete para que pudesse ser possível a realização do Estágio e a consequente construção dessa Monografia.

Ao meus superiores hierárquicos, Major Sérgio Fonseca, Capitão Estácio Mariano e Capitão Adalireno Samaroni, pelo incentivo diário e pela confiança dispensada.

Ao servidor público, José Josival de Lacerda, Seu Vavá, que foi meu supervisor no local do estágio, pela orientação e o profissionalismo dispensado.

A minha amiga e companheira de trabalho Cândida Eugenia pela ajuda que me deu durante o estágio.

A minha amiga Bernadete Dantas, companheira do meu cotidiano, pelos incentivos diários.

Agradeço, de forma mais que Especial, à Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba, Laurênia Souto, por ter tido o profissionalismo e a paciência de estar junto nas horas que precisei. À ela, o meu muitíssimo OBRIGADA.

A minha família, por ser presença viva no meu cotidiano.

Aos Servidores do Curso de Arquivologia da UEPB, Liliane e Luis Carlos (carinhosamente chamado por mim de Lulinha), pelas horas dispensadas em nos ajudar durante todo o tempo em que fosse necessário. Ao Pedro e à Maria, que sempre se preocuparam em manter nosso ambiente limpo e saudável para a jornada de cada dia.

Aos amigos de turma, Aline Monteiro, Anna Carla (hoje mestra na UEPB, um orgulho da Turma), Anna Louise, Daiane, Denise, Rosa, José Elder, Vivaldo, Yuri (pessoa maravilhosa, um irmão), Michele Chaves, Wanessa, Kleber, Iranilson, Ismael, Bruno, Janielly, Ricarde, Marli, Ianne, pelas angústias e sorrisos compartilhados, pelo companheirismo e amizade que mantivemos o curso inteiro e que jamais serão apagados.

Aos amigos que encontrei no decorrer do curso, Zulmira Maia (uma pessoa de caráter e lealdade inimagináveis), Tulhio Serrano, Matheus, Fernando, Bruno, Débora Lucena, Priscila Gomes, Vanessa Velez, Alex Silva, Isaac Newton.

Em especial, à Kássia Camila, companheira de turma, amiga pessoal. Ajudou-me em todo o caminho do curso e nas horas mais difíceis esteve presente em cada momento.

A tod@s, OBRIGADA pela confiança.

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”.

**NELSON MANDELA**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um diagnóstico do Arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega, situada em João Pessoa, capital paraibana. Para o alcance de nosso objetivo, inicialmente, propusemo-nos a fazer uma reflexão sobre a situação do cárcere no Brasil e, em especial, na Paraíba. Em seguida, buscamos discorrer sobre os conceitos de Arquivo sob a ótica de diversos autores, como Rousseau e Couture (1998), Delmas (2010), Schellenberg (2006) e Lopes (2009), os quais serviram de aporte teórico para a compreensão da noção de arquivo, bem como da importância dos arquivos para a sociedade e para a instituição pesquisada. O estudo em questão expõe um levantamento de dados que foi realizado através de um Diagnóstico no Arquivo da Penitenciária acima referida, a partir da aplicação do Questionário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). O resultado da pesquisa revela a situação em que se encontra o arquivo dessa Penitenciária, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de se fazer um trabalho de gestão arquivística para que a memória dessa parcela da sociedade, que se encontra em cárcere privado, não seja esquecida, mas sim preservada, tornando-se, inclusive, acessível ao usuário que sobre ela necessite obter conhecimentos. Para isso, é imprescindível a contratação de profissionais de Arquivologia competentes e capacitados para organizar a massa documental acumulada naquele arquivo e também disponibilizá-la de forma eficaz.

Palavras-chave: Arquivo. Diagnóstico. Penitenciária.



## **ABSTRACT**

This paper aims to present a diagnosis File Penitentiary floret da Nobrega, located in João Pessoa, capital of Paraíba. To reach our goal, initially, we decided to make a reflection on the state of the prison in Brazil and, in particular, in Paraíba. Then we try to discuss the concepts of file from the perspective of various authors like Rousseau and Couture (1998), Delmas (2010), Schellenberg (2006) and Lopes (2009), which served as a theoretical basis for understanding notion of file as well as the importance of archives to society and the research institution. This study exposes a data survey that was conducted through a Diagnostic File in the Penitentiary above, from the application of the Questionnaire of the National Archives (CONARQ). The research result shows that the situation is that the file Penitentiary, while pointing to the need to make an archival management work for the memory of that portion of society, which is in private jail, not forgotten, but preserved, making it even accessible to the user who needs to obtain knowledge about it. For this, it is essential to hire professionals Archivology competent and qualified to organize the mass of documents accumulated in that file and also make it available effectively.

Keywords: Archive. Diagnosis. Penitentiary.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Quantitativo de estabelecimentos prisionais no Estado da Paraíba

Gráfico 1 Estabelecimentos prisionais no Estado da Paraíba

Figura 1 Ficha de apenado

Figura 2 Prontuário de apenado

Figura 3 Prontuários de apenados

Figura 4 Acondicionamento dos prontuários dos apenados

Figura 5 Fichas pessoais dos apenados armazenadas em caixote de madeira

Figura 6 Organograma da Secretaria de Administração Penitenciária

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A PRISÃO: ESPAÇO DE (DES) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES</b> .....	14
1.1 Situação do Cárcere: do Brasil à Paraíba.....	16
<b>2 NOÇÃO DE ARQUIVO: BREVES CONSIDERAÇÕES</b> .....	21
<b>3 O ARQUIVO DA PENITENCIÁRIA FLÓSCULO DA NÓBREGA: UM DIAGNÓSTICO</b> .....	25
3.1 Identificação do Arquivo.....	25
3.2 Conteúdo do Acervo e Atividades de Arquivo.....	26
3.3 Infraestrutura e Serviços.....	29
3.4 Recursos Humanos.....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35
<b>ANEXOS</b> .....	37

## INTRODUÇÃO

A presença dos arquivos ultrapassa os séculos, ou seja, é milenar, e, na sociedade contemporânea, o valor dado à informação, nas mais diferentes instâncias de gerenciamento – geração de conhecimento e de saber –, demonstra a importância dada às vertentes que abordam direcionamentos no sentido de compreender os mecanismos e estratégias de manutenção, aprimoramento e gestão informacional e documental, além do conteúdo registrado.

Segundo Paes (2005), na metade do século XIX, inicia-se o interesse pelo valor histórico dos arquivos, com os documentos sendo considerados “testemunhas da história”. Para a autora, foi depois da segunda guerra mundial, devido ao progresso científico e tecnológico, que a produção de documentos se ampliou, superando a capacidade de organização e controle das instituições, que perceberam a necessidade de buscar novas soluções para gerenciamento de grandes volumes documentais acumulados nos arquivos.

Para que o acesso à informação ocorra de maneira eficaz é preciso planejar. Ainda mais na atualidade, quando a sociedade precisa cada vez mais ter ciência do que aconteceu, do que foi registrado nos arquivos das instituições, principalmente as públicas. É indiscutível, portanto, a emergência de uma sociedade onde a gestão da informação seja a principal atividade humana (LOPES, 1996).

Nesse sentido, os esforços de investigação acadêmica acerca da organização dos arquivos demonstram a relevância dessa temática, visto que, cada vez mais, novos documentos e informações são criados e emitidos tanto nos setores públicos quanto nos setores privados da sociedade. Para Delmas (2010), os arquivos são preservadores da memória, constituem não apenas um bom instrumento de gestão, mas uma segurança.

O aporte teórico deste estudo pauta-se nos trabalhos sobre Diagnóstico de Arquivo, especialmente a partir de Lopes (2009, 1996) e Paes (2005a, 2005b). Esse tipo de Diagnóstico é de suma importância para entender o processo da informação numa Instituição, pois a identifica e explica o contexto e o conteúdo dos documentos e ainda permite que os usuários interessados localizem e acessem documentos que sejam do seu interesse a partir dos autores.

Nosso foco de estudo é o Arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega -

Róger, em João Pessoa–PB –, uma instituição que tem, por definição, a readequação de indivíduos considerados em delito com as leis sociais. Tendo em vista que desconhecemos algum estudo divulgado sobre os arquivos penitenciários, consideramos importante esse estudo, pois é uma forma de preservação e resgate da memória do cárcere na história do nosso país.

Acreditamos que o Diagnóstico de Arquivo e os dados nele contido contribuirão fundamentalmente para um delineamento mais nítido das formas de administração setorial e melhoria da funcionalidade informacional do Arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega

Por isso, uma pesquisa que se propôs a investigar estes trâmites torna-se não somente necessária, mas imprescindível para trazer não só esclarecimentos, como também contribuir para o debate sobre as formas de interação social e informacional nas instâncias legais do convívio social.

Nosso trabalho busca como Objetivo Geral: Diagnosticar a situação do arquivo da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, Róger.

Como objetivos específicos temos:

- Aplicar o questionário do CONARQ para posterior descrição da Instituição e de seu acervo documental;
- Analisar o fluxo documental da Penitenciária;
- Identificar as espécies documentais da Instituição bem como suas tipologias.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e caracteriza-se como um estudo de caso, considerado um estudo profundo e minucioso com o objetivo de explicar ou descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade ou situação (Triviños, 2008). Permite, portanto, o conhecimento amplo e detalhado de um objeto (GIL, 2007).

No decorrer da pesquisa, aplicamos também os métodos observacional e documental. Segundo Gil (2007), a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Ela nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Já o método documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

De acordo com Gil (2007), o universo e amostragem correspondem a um

conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. A amostragem, especificamente, parte do Universo selecionando de acordo com uma regra ou plano (GIL, 2007). Ela constitui uma porção ou parcela, convenientemente selecionada no Universo (LAKATOS, 2001).

O grande universo desta pesquisa compreende o Sistema Penitenciário da Paraíba, que possui 19 Presídios, sendo 15 masculinos e 4 femininos. Destes, selecionamos como amostragem a Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – Róger, por ser a Penitenciária mais antiga da Paraíba e também devido à facilidade de acesso aos arquivos, visto constituir, à época, nosso ambiente de trabalho.

O período de coleta de dados se deu entre os meses de abril a junho de 2011, na época em que cursava a disciplina Estágio Supervisionado. Fizemos uma observação de campo no setor de Arquivo da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – Róger. Após essa primeira fase de observação, entendemos que seria de grande utilidade aplicar o questionário do CONARQ para termos uma visão geral dos Arquivos da Instituição.

A presente monografia está dividida em três capítulos divididos conforme descrito a seguir: no primeiro capítulo, discorreremos acerca da situação do cárcere no Brasil e em específico na Paraíba, uma realidade além dos muros e grades das prisões. No segundo, exporemos os conceitos de arquivos para entendermos sua importância para as instituições, principalmente as públicas. E, no terceiro capítulo, apresentaremos um diagnóstico da Instituição foco da nossa pesquisa, de modo a expor um pouco da realidade encontrada nos arquivos penitenciários.

## 1 A PRISÃO: ESPAÇO DE (DES)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

“Que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada aos assassinos ...”

**Michel Foucault**

O ambiente das prisões é considerado hostil, de histórias macabras e o medo impera nesses lugares.

No Brasil, leis da esfera Penal são responsáveis por punir o indivíduo pelo crime que cometera. A respeito da punição, diz Foucault (2005, p 87):

A punição ideal será transparente ao crime que sanciona: assim, para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples ideia do delito despertará o sinal punitivo. Vantagem para a estabilidade da ligação, vantagem para o cálculo das proporções entre crime e castigo e para a leitura quantitativa dos interesses; pois tomando a forma de uma consequência natural, a punição não aparece como efeito arbitrário de um poder humano.

De acordo com as palavras do autor, a punição deve levar em conta, portanto, o princípio da proporcionalidade, com a aplicação de uma pena que gere maior proteção possível ao meio social e, ao mesmo tempo, rigor necessário à punição do indivíduo infrator.

A pena imposta leva o indivíduo a fazer parte de um cotidiano nada fácil dentro das prisões, que mais parecem um campo de concentração onde há uma relação de poder e saber. Para Varella (2002, p.10):

a perda da liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam, em cativeiro os homens, como os demais grandes primatas criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. É um processo adaptativo regido por um código penal não escrito.

Com um código de comunicação entre os apenados, há uma inquietação constante nos intramuros das prisões, que, muitas vezes, formam líderes de organizações criminosas. De acordo com Souza (*apud* MALAQUIAS, 2008 p. 174),



O crime, como entidade, estruturou-se dentro das prisões, até aqui o último dos lugares para pensar numa formatação criminal, porque as pessoas estão na prisão e, em tese, privadas de liberdade, isoladas da sociedade, imobilizadas pelas celas, e pulverizadas psicologicamente pelas grades. Pois foi exatamente nesse espaço da quebra dos movimentos e dos contatos que nasceu o crime de forma oficial de empresa, com voz própria de comando, chamada de torre dos códigos, com ordens regularmente emitidas (os salves) chegando às faculdades (incorporando ironicamente o conceito, fora das muralhas, que chama os presídios escolas do crime). A organização montou hierarquia com postos propositadamente chamados de “soldados” e “generais”.

Esse é o retrato de uma realidade (verdadeiro “mundo cão”) onde existem “leis” dos dominantes para os dominados, ou seja, para os mais fracos. E entre as grades e muros, muitas vezes, impera a famosa “lei do silêncio”. Ninguém denuncia ninguém com medo de represálias dentro e fora do presídio: “a realidade é desconcertante numa prisão, o que parece certo muitas vezes está errado, e aparentes absurdos encontram lógica em função das circunstâncias” (Varella 2002, p.106).

Apesar de a prisão ser considerada um lugar sombrio, perigoso, um local marcado pelo sentimento de ódio e inveja e também pelo ressentimento, ainda existem laços de “amizade” entre os detentos. Muitos chegam apenas para “tirar a cadeia em paz”, como eles dizem, e para que isso aconteça não se metem com outros crimes que possam aumentar a pena já imposta pelas autoridades. Com bom comportamento, evitam serem alvos de sindicâncias.

Há também, neste celeiro carcerário, a figura do Agente Penitenciário, que assegura o andamento das rotinas prisionais país afora. O Agente é o profissional que faz o elo entre os apenados e a sociedade, ou seja, o mundo exterior. Conforme afirma Varella (2002, p.112), “o respeito mútuo é parte do equilíbrio de forças que se estabelece na cadeia e pode ser decisivo para preservar a vida nos momentos de violência irracional”. Cabe à figura do Agente, (r)estabelecer a rotina do cárcere.

É imprescindível esclarecer e reforçar que o Agente Penitenciário tem uma rotina dentro das prisões que é árdua, perigosa, insalubre, mas, sobretudo, profissional. É treinado para trabalhar nesse ambiente e atende aos apenados com respeito, humanidade e dedicação, para que eles não venham a cometer mais crimes e, assim, possam sair dali com uma nova visão de mundo, cheios de esperança e não voltem a cometer delitos. Adelson (2010) expõe o que o agente

penitenciário significa dentro dos muros das prisões:

O novo agente preocupa-se, também, com o respeito aos direitos humanos e com a ressocialização do apenado. Cada um é um professor, um orientador, com vistas a recuperar seres desviados dos bons costumes, da ética, do respeito aos direitos alheios, da ordem e da lei, orientando-os para que levem uma vida responsável, isenta de quaisquer infrações, dentro e fora da prisão, quando forem libertados. O homem e a mulher, mesmo presos, não perdem a cidadania. Gozam de todos os direitos a eles inerentes, salvo os restritos na Sentença (ADELSON, 2010, p. 205-206).

Sabemos, no entanto, que possibilitar a ressocialização desses indivíduos marginalizados não é tarefa fácil, especialmente porque, como bem afirma Malaquias (2008, p. 47), o contexto da prisão “apresenta muitas possibilidades de reflexão e muitas dificuldades em decorrência da dinâmica que lhe é inerente, haja vista ser um ambiente plasmado pelo inesperado, pela imprevisibilidade e pela descontinuidade”. Um ambiente que, de certo, contribui decisivamente para a construção da identidade de apenados e funcionários do sistema carcerário.

De acordo com Bauman (2005), a identidade do indivíduo está sempre sujeita a mudanças, visto que um ser humano não consegue permanecer com um mesmo comportamento ainda que diante de situações semelhantes. Isso nos leva a acreditar que o contexto no qual estão inseridos os apenados e funcionários do sistema carcerário certamente influencia o comportamento desses indivíduos, visto que “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p.19).

### **1.1 Situação do Cárcere: do Brasil à Paraíba**

A superlotação é um marco no sistema penitenciário brasileiro. Atualmente, o Brasil possui uma população carcerária de mais de 513 mil apenados, entre homens e mulheres que estão atrás das grades. Ainda assim, há um déficit de vagas em torno de 200 mil, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Essa superlotação, na maioria das vezes, traz revolta aos presos e estimulam rebeliões em muitas unidades da federação, fato que resulta em destruição do patrimônio público, mortes, feridos e, acima de tudo, uma afronta à

ordem e a paz social. O prejuízo sempre é pago com o dinheiro dos cofres públicos.

No Brasil, a população carcerária é considerada jovem, pois muitos entram no mundo do crime ainda na adolescência e perduram durante a fase adulta. É pertinente destacar aqui a definição de crime segundo o art. 1º da antiga Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-lei 3.914, de 14 de dezembro de 1941). Vejamos:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (CÓDIGO PENAL, 2010, p. 583)

Conforme Adelson (2006, p.14), “se a justiça priva o homem da liberdade é porque detecta nele o grau de perigo a que a sociedade estaria exposta caso circulasse livremente”.

Na Paraíba, a realidade das prisões não é diferente daquelas que podemos encontrar Brasil afora. O Estado tem mais de 8 (oito) mil custodiados, entre presos provisórios e condenados. Em números absolutos, temos a décima sexta população carcerária do país, de acordo com dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen)<sup>1</sup> e, em relação ao Nordeste, a Paraíba encontra-se na quarta posição, ficando atrás apenas dos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

Na estrutura Estadual, a Paraíba possui apenas 84 estabelecimentos prisionais, assim divididos:

---

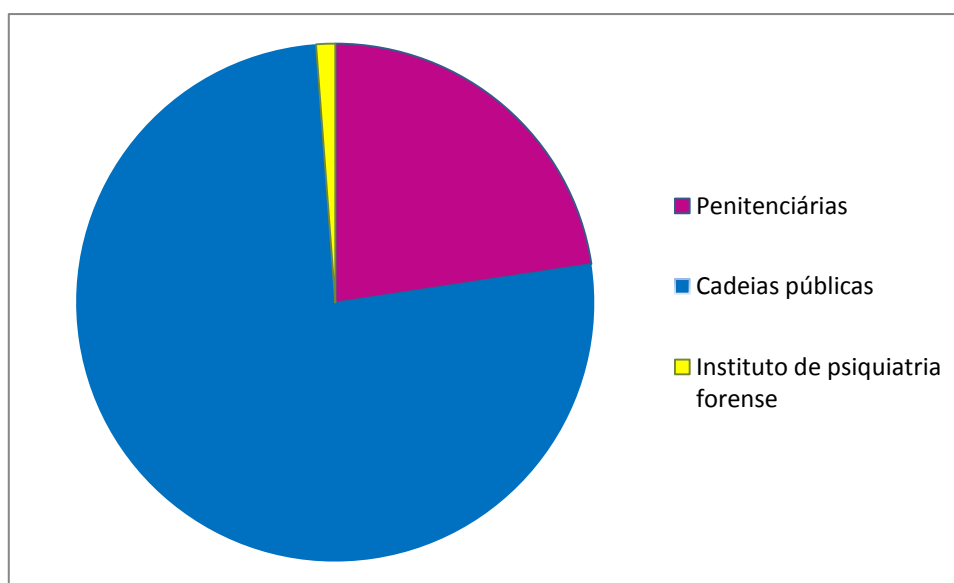
<sup>1</sup> “O InfoPen é um programa de coleta de Dados do Sistema Penitenciário no Brasil, atualizado pelos respectivos gestores, com informações estratégicas envolvendo informes referentes aos estabelecimentos penais, seus recursos humanos, logísticos e financeiros sobre a população prisional.” (DEPEN, 2005, p. 11) A partir desse software, é possível integrar, pela rede, todos os órgãos de administração penitenciária do país, criando assim bancos de dados federal e estadual sobre estabelecimentos penais e populações prisionais, os quais possibilitarão estabelecer políticas públicas para o sistema prisional.

**Quadro 1:** Quantitativo de estabelecimentos prisionais no Estado da Paraíba.

ESTABELECEMENTOS PENAIS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Penitenciárias	15	04	19
Cadeias Públicas	64	00	64
Hospital de Custódia e Tratamento	01	00	01
Total	80	04	84

**Fonte :** SEAP (2012)

Visualizemos agora esses dados em outro tipo de gráfico que possibilita uma análise desses estabelecimentos penais são representadas como porcentagens de um todo. Vejamos:

**Gráfico 1:** Estabelecimentos prisionais no Estado da Paraíba.

**Fonte :** SEAP (2012)

Como se pode observar, o número de penitenciárias do Estado é insuficiente para abrigar o número de apenados. A maioria dessas unidades são estruturas velhas com problemas nas instalações elétricas e na parte hidráulica, trazendo grandes prejuízos e insegurança para os que estão encarcerados e para os Agentes Penitenciários.

Em alguns locais, as celas que abrigam os encarcerados mais parecem

pocilgas. São sujas e se tornam pequenas para o número de presos que cada uma abriga. Tiram dos presos, a privacidade.

Coelho (*apud* MALAQUIAS, 2008) enfatiza que as celas são surdas, úmidas e imundas, escuras e sufocantes, e isolam o preso por longos períodos. Em condições indignas, constata-se hoje (e já há algum tempo) o que já dizia Foucault (1987, p. 131-132): "a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para afundá-lo ainda mais na criminalidade".

Ainda assim, sempre há aqueles que tentam se adaptar às situações impostas e suas peculiaridades. Em meio à distribuição de tarefas dentro da prisão, o Estado disponibiliza material de higiene e equipamentos para que seja realizada a limpeza e esta é feita pelos próprios apenados, que, normalmente, mantêm o ambiente limpo.

A alimentação servida aos detentos é de boa qualidade, prescrita por um nutricionista que busca fazer o balanceamento das refeições, inserindo, inclusive, frutas e verduras nos cardápios diários. Ao tratar desse tema, Adelson (2010, p. 57) assim relata:

O Estado fornece toda alimentação, dividida em três refeições diárias, na quantidade e qualidade recomendadas por nossos nutricionistas. "Temos absoluto controle de compra dos mesmos, tudo de primeira qualidade, apenas a carne verde é de segunda, na especificação "paleta" ou "acém", mais fáceis de identificação por parte do agente recebedor". Temos engenheiro de alimentos e fazemos um correto processo de armazenamento e entrega. A nutricionista treina os cozinheiros para uma variada e correta preparação dos alimentos. A proteína animal fornecida, duas vezes por dia, no almoço e no jantar, é carne verde, frango e, às vezes, carne de charque e peixe. Completa-se a alimentação com o fornecimento de verduras e frutas.

Como se pode observar há um cuidado especial com a alimentação dos detentos, o que configura respeito à dignidade da pessoa humana.

Outra questão crucial a ser respeitada nos presídios diz respeito à obrigação do Estado de estabelecer e manter políticas de ressocialização para aumentar a auto-estima do apenado, pois, após cumprir sua pena, o encarcerado poderá voltar a conviver em sociedade e terá uma nova realidade a ser desbravada, agora como ex-apenado.

De acordo com Adelson, existem muitos treinamentos para os que almejam sair do encarceramento com uma nova profissão:

As oficinas estão transformando a vida daqueles que querem se reintegrar à sociedade, de onde foram segregados como medida punitiva. As oficinas produtivas de qualificação vêm dando oportunidades para que detentos se profissionalizem e retomem a sua auto-estima, adquirindo, ainda, uma profissão para trabalhar, quando cumprirem a pena e forem reintegrados à sociedade. (ADELSON, 2006, p.95).

Ao ganharem a liberdade, os ex-presidiários devem ter condições de serem reinseridos na sociedade de forma digna, fato para o qual contribuem os cursos de formação ministrados nos presídios.

Na maioria das vezes, entretanto, os apenados ficam ociosos, pois não têm o que fazer ou, mesmo tendo, muitos não desejam trabalhar, pois ficarão “mal vistos” pelos companheiros.

Para que o detento possa desenvolver um trabalho dentro dos próprios presídios, é preciso que a instituição siga o que determina a Lei de Execução Penal, para a qual o preso deve ter cumprido pelo menos 1/6 da pena e apresentar bom comportamento. O apenado que trabalha internamente tem direito à remuneração e a cada 3 dias de trabalho é remido 1 dia da pena.

Para contemplar o preso com o trabalho, faz-se necessário uma vigilância redobrada por parte da instituição para que o detento não sofra agressões dos companheiros.

Como se pode perceber, o mundo das prisões é uma realidade distante para a maioria da população e, visto de fora, não se tem a dimensão do que se vive ali.

## 2 NOÇÃO DE ARQUIVO: BREVES CONSIDERAÇÕES

“Os arquivos não são, de maneira alguma, cemitérios de documentos velhos e esquecidos ...”

**H.L White**

A sociedade produz muitos documentos em diversos suportes, mais precisamente a partir da Revolução Francesa é que o volume da massa documental aumentou consideravelmente e o seu acesso por parte dos usuários também. E nesse contexto acreditamos ser necessário o tratamento da informação para que ela seja disponibilizada ao usuário de forma eficiente e eficaz e com isto aperfeiçoe a recuperação da informação para quem dela necessite. O documento de arquivo possui valor e registra algo que foi produzido em determinada época e lugar e os arquivos servem como fontes de provas e de memória de um povo, de uma nação. Nos primórdios, o discurso era apenas oral. Com o aparecimento da escrita, surgiu a necessidade de registrá-lo para assim as palavras não se perderem ao longo dos tempos. Foucault (2005) em estudo acerca da relação entre arquivo e memória, afirma:

O arquivo é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade. (2005, p.147)

Os arquivos, de fato, são uma fonte que pode nos mostrar as nossas raízes, seja familiar, histórica, administrativa, financeira, penitenciárias, jurídicas, entre outras, eles são informações registradas de um cotidiano e que perduram ao longo dos tempos. Acreditamos que o seu valor informativo nos remete a uma

sociedade com memória, pois os documentos de arquivo registram fatos que aconteceram em uma determinada época das nossas vidas. Os autores Rousseau e Couture definem arquivos como sendo

O conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza, ou suporte, organicamente e (automaticamente) reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservados depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral. (1998, p.284)

Os documentos de arquivos são vitais para uma sociedade e demonstram um valor imprescindível, pois são fontes de conhecimentos. Uma sociedade e um governo necessitam de informações para que possam gerir e tomar decisões para o bem comum e também individual. Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar conforme explica Delmas (2010) a seguir:

Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém, cada uma delas sofreu transformações diversas dependendo das épocas, em razão da própria evolução da sociedade. (2010, p.21)

Na arquivística compreende-se que para a existência de um arquivo numa instituição é preciso que se tenha alguma função e atividade e que produza algum tipo de documento. A autora Herrera (*apud* SOUSA, 2008 p. 102-103) entende arquivo como:

Um ou mais conjuntos de documentos, seja qual for sua data, sua forma, suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no transcurso de sua gestão, conservados, respeitando aquela ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoas ou instituição que os produziu, para os cidadãos ou para servir de fonte de história.

Salientamos que um arquivo, para ser útil, tem de ser conservado e preservado, pois, caso contrário, pode se tornar um amontoado de documentos e assim dificultar o acesso e a recuperação da informação para o usuário final. Sobre os arquivos diz Schellenberg:



Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (2006, p.41)

Nos dias atuais, a noção de arquivo como fonte de prova cresce consideravelmente. A Lei Federal nº 8.159/91 define arquivo como sendo

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoas físicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Já Lopes (2009) traz um conceito mais atual e traça um perfil não só dos arquivos contemporâneos, mas também do conceito de informação arquivística, a saber:

Arquivos seriam acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam gravação eletrônica, mensurável por sua ordem binária (bit); documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independentemente de sua idade e valores intrínsecos. (2009, p.40)

Diante dos conceitos apresentados podemos perceber a importância dos arquivos para a sociedade e precisamos ter a consciência de preservá-lo para que se perpetuem as informações neles contidas. Afinal, não podemos apagar as nossas histórias, a nossa memória. Pois um país sem memória seria um país morto, fadado ao esquecimento, pois acreditamos que os documentos de arquivos e as informações neles registradas são considerados assim um patrimônio da humanidade.

Tendo em vista que o corpus de nosso estudo encontra-se em uma instituição pública, consideramos pertinente citar a Lei Federal 8.159/91 que define os arquivos públicos da seguinte maneira:

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Nesse sentido o arquivo sobre o qual nos debruçamos para estudo é o Arquivo da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – mais conhecido como Presídio do Róger<sup>2</sup>. A Instituição faz parte da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba e está situada na capital do Estado.

Esse foi o primeiro presídio construído na Paraíba, sua capacidade é de quatrocentas e cinquenta vagas, porém, nos dias atuais, abriga mais de mil apenados, em sua maioria, presos provisórios, aguardando julgamento por parte do Poder Judiciário. Não há números precisos a serem, registrados, visto que a população é flutuante.

Para se fazer um estudo do arquivo desse presídio é necessário um trabalho minucioso de levantamento de dados da instituição, a fim de conhecer suas atividades e seu fluxo documental

Em conformidade com Paes (2005), buscamos constatar os pontos de atrito, de falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim, das razões que impedem o funcionamento eficaz do arquivo. Para essa autora é imprescindível que o levantamento tenha início pelo exame dos estatutos, regimentos, regulamentos, normas, organogramas e demais documentos constitutivos da instituição mantenedora do arquivo.

É fundamental que o diagnóstico permita ao planejador da gestão arquivística obter uma radiografia da organização de modo a estabelecer um quadro geral da instituição e relacioná-lo com a realidade externa (LOPES, 1996).

Tomando por base o que expõe Paes (2005) e Lopes (1996) acerca de como se deve fazer um diagnóstico de arquivo, resolvemos aplicar o questionário formulado pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ - à Instituição pesquisada para podermos descrever as características dessa instituição e de seu acervo documental e assim conhecermos o fluxo documental da instituição e identificarmos suas espécies documentais e tipologias. Essa análise será realizada no capítulo a seguir.

---

<sup>2</sup>A Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega ficou conhecida como Presídio do Róger devido ao fato de estar situada no bairro do Róger, próximo ao centro de João Pessoa, capital paraibana.

### **3 O ARQUIVO DA PENITENCIÁRIA FLÓSCULO DA NÓBREGA: UM DIAGNÓSTICO**

Neste capítulo, apresentaremos a análise dos dados coletados na Penitenciária Flósculo da Nóbrega, a partir da aplicação do questionário do CONARQ. Antes de darmos início à análise, consideramos necessário enfatizar que Lopes (2009) apresenta duas visões de diagnóstico de arquivo, uma de natureza maximalista e outra minimalista. Para os fins deste trabalho, debruçamo-nos sobre a visão minimalista, pois o objetivo é contemplar um órgão ou um setor onde o arquivo está sendo tratado. Lopes (2009) afirma que o arquivista, no seu cotidiano, depara-se muito mais com o dilema de diagnosticar a situação da organização do que o de resolver o problema de um país.

#### **3.1 Identificação do Arquivo**

O arquivo da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega – Presídio do Róger - está situado nas dependências da própria instituição e fica localizado em duas salas. Uma delas corresponde ao setor Secretaria e a outra sala é feita de depósito dos documentos de apenados que foram transferidos para outros presídios, receberam alvará de soltura, *vieram a óbito* e outros objetos. Os documentos datam da inauguração do Presídio, no ano de 1951, na gestão do então governador do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida.

A Penitenciária possui uma área de 10 mil metros quadrados que se dividem entre os seis pavilhões que abrigam os presidiários, o Setor Administrativo e o Corpo da Guarda da Polícia Militar. Ela está situada à Rua Conceição Cabral S/N, no Bairro do Róger – CEP: 58.020-210.

O arquivo em questão não possui página eletrônica própria e algumas informações sobre essa instituição podem ser acessadas pelo site oficial do governo da Paraíba: [www.paraiba.pb.gov.br/administracao-penitenciaria](http://www.paraiba.pb.gov.br/administracao-penitenciaria).

Salientamos ainda que o Arquivo não é aberto ao público, pois para a sociedade o ambiente revela-se hostil, macabro, perigoso, o que ratifica o que afirmou Adorno (1991), ao tratar das impressões do pesquisador ao visitar uma instituição carcerária. Vejamos o que diz o autor a esse respeito:

A entrada na prisão enquanto pesquisador: as primeiras (ou segundas) impressões A entrada nesses organismos policiais não é, como se sabe, agradável. Constitui verdadeiro “ritual de passagem”. Os caminhos são trôpegos e labirínticos, escuros e estreitos, por onde cruzam pessoas estranhas que lançam olhares de suspeição e intimidação. Aos poucos, somos tentados a imaginar o quão difícil seria abandonar tudo de súbito e sair correndo por aqueles corredores. Uma reflexão posterior sugeriu que o medo é componente essencial desse espaço institucional. O claro-escuro do ambiente, as paredes cinzentas, os olhares de azedume, as esparrelas que parecem surpreender o visitante a cada passo, a amontoado caótico de objetos espalhados por diferentes cantos tornando absurdamente irregular a geografia local – tudo na mais perfeita harmonia contribui para intimidar os olhares externos, mantê-los distante como se fosse cegá-los. Nada ver, nada ouvir, nada dizer, eis a lei de ferro que habita tais instituições (ADORNO, 1991, p. 20).

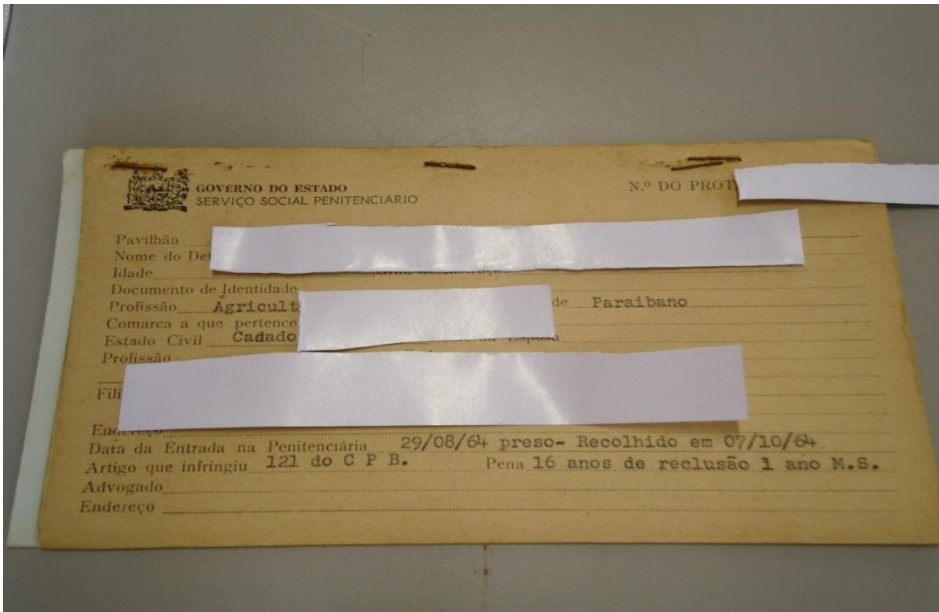
As palavras de Adorno (op. cit.) certamente justificam os relatos dos funcionários da Penitenciária Flósculo da Nóbrega, quando estes informaram que a população nunca demonstrou interesse em saber o que acontece além das grades e dos portões daquela unidade prisional. Talvez até mesmo por medo.

### **3.2 Conteúdo do Acervo e Atividades de Arquivo**

A documentação do acervo é composta por fichas e prontuários dos apenados que se encontram atualmente na Penitenciária Flósculo da Nóbrega ou que já ficaram detidos na instituição.

A seguir, apresentaremos as fotos de alguns dos documentos do arquivo em análise para que possamos averiguar a real situação da massa documental dessa instituição prisional.

Vejamos:

**Figura 1:** Ficha de apenado

GOVERNO DO ESTADO  
SERVIÇO SOCIAL PENITENCIÁRIO

N.º DO PROT. \_\_\_\_\_

Pavilhão \_\_\_\_\_  
Nome do Detido \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_  
Documento de Identidade \_\_\_\_\_  
Profissão Agricultor de Paraibano  
Comarca a que pertence \_\_\_\_\_  
Estado Civil Cadado  
Profissão \_\_\_\_\_  
Filiação \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_  
Data da Entrada na Penitenciária 29/08/64 preso- Recolhido em 07/10/64  
Artigo que infringiu 121 do C P B. Pena 16 anos de reclusão 1 ano M.S.  
Advogado \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_

**Fonte:** Acervo pessoal

**Figura 2:** Prontuário de apenado

**Fonte:** Acervo pessoal

A data limite<sup>3</sup> conta de 1951 até os dias atuais, mas encontramos, durante a pesquisa, documento datado de 1942, porém o servidor do setor não soube explicar o motivo pelo qual aquele documento ali se encontrava.

Conforme já se esperava, o tema preponderante nos documentos do arquivo são de natureza judiciária. Identificamos ainda que não há nenhum tratamento arquivístico na documentação e também não há uma organização plena, a mesma é feita de forma empírica. Não foi feita, portanto, a gestão documental dos documentos que ali se encontrava; conseqüentemente, não foram implantadas as fases corrente, intermediária e permanente. A falta de conhecimento técnico e também a ausência de profissionais de Arquivologia, provavelmente, são alguns dos responsáveis pelo fato de a instituição eliminar documentos sem nenhum critério técnico e/ou científico, conforme relato do funcionário da Penitenciária.

Outra questão a ganhar destaque é o fato de a instituição não dispor de um instrumento de pesquisa. A conseqüência disso é que, quando se necessita de um documento, este é procurado de forma manual, o que dificulta a recuperação da informação de forma eficaz e eficiente.

A seguir, apresentamos uma imagem (Fig. 3) que reflete um pouco da situação caótica em que se encontra o arquivo da instituição até a data final de nossa pesquisa em junho de 2011.

---

<sup>3</sup> Data – limite: elemento de identificação cronológica, em que são indicados o início e o término de uma unidade de descrição.

**Figura 3:** Prontuários dos apenados



**Fonte:** Acervo pessoal

### 3.3 Infraestrutura e Serviços

O local destinado ao Setor de arquivo é adaptado e apresenta seis metros quadrados de área construída. Não possui acesso para pessoas com necessidades especiais e tampouco oferece controle de temperatura, umidade e luminosidade. O armazenamento dos documentos é feito em caixas poliondas e em estantes de ferro, mas, conforme relato dos funcionários, antes era em caixas de papelão e pastas AZ, além de caixotes de madeira cheios de cupins. Os documentos que são de uso corrente ficam em pastas suspensas.

Vejam, a seguir, algumas imagens que revelam como se dá o armazenamento dos documentos da Penitenciária, como, por exemplo, o acondicionamento dos prontuários e das fichas pessoais dos apenados.

**Figura 4:** Acondicionamento dos prontuários dos apenados



**Fonte:** Acervo pessoal

**Figura 5:** Fichas pessoais dos apenados armazenadas em caixote de madeira



**Fonte:** Acervo pessoal



Além da falta de um adequado acondicionamento – falta de arrumação em condições e local determinados, para preservar a documentação –, outro fator que merece atenção é a falta de segurança no Setor de Arquivo. A instituição não oferece um sistema de prevenção a incêndios, nem sistemas eletrônicos de segurança, como circuito interno de televisão. Tampouco existe a possibilidade de se fazer a microfilmagem ou digitalização dos documentos.

O atendimento ao usuário é feito de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h. A consulta é restrita e, em alguns casos, necessita de autorização com aviso prévio. A reprodução de documentos também é feita com restrições, sendo permitida, em alguns casos, a fotocópia ou a captura da imagem por câmera fotográfica, neste último caso, sem o uso do *flash*, para este não venha a danificar o documento. Pode, ainda, ser utilizado o *scanner* de mão, caso o usuário disponibilize.

Resta dizer ainda que não há mobiliário específico disponível para que o usuário possa fazer consulta ao arquivo.

### **3.4 Recursos Humanos**

O responsável pelo Setor de Arquivo é o agente de segurança penitenciária José Josival de Lacerda, graduado em Psicologia. Este funcionário já trabalha no Sistema Penitenciário há mais de trinta anos e durante a maior parte desse tempo vem trabalhando nessa área administrativa, organizando toda a documentação produzida e recebida pela Instituição.

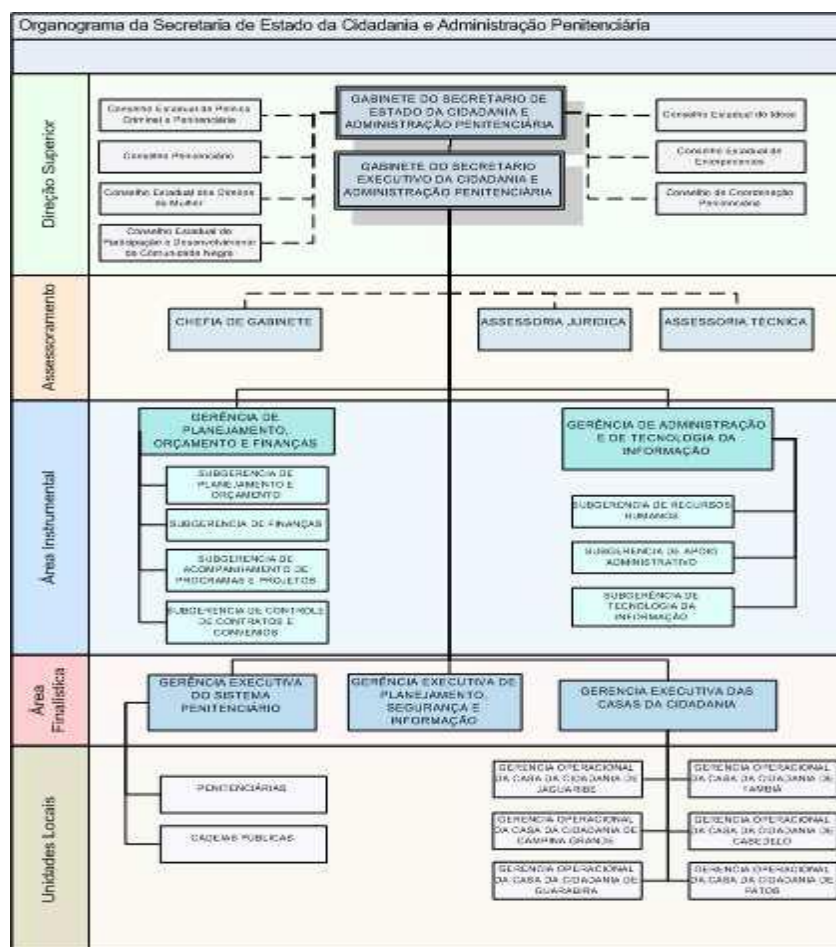
Atualmente, além do funcionário supracitado, a Penitenciária conta ainda com mais cinco servidores lotados no Setor de arquivo, porém nenhum deles apresenta conhecimento técnico-arquivístico ou graduação em Arquivologia. Todo procedimento de organização realizado naquele setor é feito de forma empírica, o que dificulta a organização e recuperação da informação.

Para compreendermos melhor a situação do Setor de Arquivos da Penitenciária Flósculo da Nóbrega, observemos atentamente o Organograma da Secretaria de Administração Penitenciária<sup>4</sup>. Vejamos:

---

<sup>4</sup> O Organograma encontra-se no Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba. No referido Plano, a imagem não apresenta uma boa visualização ao leitor, sendo necessária a utilização do instrumento “lupa” para a leitura dos dados da estrutura organizacional.

**Figura 6:** Organograma da Secretaria de Administração Penitenciária



**Fonte:** <http://www.paraiba.pb.gov.br/wpcontent/uploads/2011/06/PLANO.DIRETOR.pdf>

Conforme pudemos perceber, a Fig. 6 corresponde ao gráfico da estrutura hierárquica da Secretaria de e Administração Penitenciária – uma organização social complexa – e representa simultaneamente os diferentes elementos que compõem esse órgão do Estado e as ligações existentes entre eles.

Notemos que a estrutura organizacional apresentada não contempla um setor específico para tratar dos arquivos das instituições penitenciárias. Seria fundamental, portanto, uma reestruturação desse organograma, de modo a ser criado um setor ou departamento responsável pela organização dos arquivos penitenciários.

## Considerações Finais

Finalizamos este trabalho com uma convicção ainda maior do que quando o iniciamos: os documentos de arquivos são relevantes e primordiais para a preservação da memória da sociedade, por isso devem ser organizados, preservados e acessíveis ao usuário. Ressaltamos, especificamente, a importância dos arquivos penitenciários – nosso objeto de estudo –, tendo em vista que estes representam a memória do sistema prisional, seja aqui no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

Durante a pesquisa, o nosso objetivo geral foi o de elaborar um diagnóstico do arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega – situada na capital paraibana –, que abriga, em sua maioria, presos provisórios. Para alcançarmos tal intento, iniciamos este trabalho pela contextualização do Sistema Penitenciário no Brasil e logo nos restringimos à Paraíba, com a intenção de apresentar como funciona este setor da administração pública, voltado para o encarceramento de pessoas que cometeram delitos e tiveram de cumprir suas penas nestes estabelecimentos prisionais, considerados perigosos e hostis.

Em seguida, adentramos na literatura específica da área de Arquivologia, com a finalidade de expor e aprofundar um pouco o estudo sobre a noção de arquivo a partir de Rousseau e Couture (1998), Delmas (2010), Schellenberg (2006) e Lopes (2009). Com esses autores, pudemos compreender melhor a importância dos arquivos para a construção da memória de uma nação.

Somente após discorrermos sobre essas questões é que apresentamos os resultados da análise que fizemos do Arquivo da Penitenciária Flósculo da Nóbrega, após termos aplicado o questionário do CONARQ. A análise revelou que esse arquivo retrata a realidade de muitos arquivos de instituições públicas Brasil a fora, conforme afirma Jardim (1995) em seus estudos, quando diz que quilômetros de documentos são acumulados sem critérios junto aos serviços arquivísticos da administração pública, isso devido à inexistência de programas básicos de avaliação, eliminação e recolhimento. São falhas que vão desde o local de armazenamento dos documentos a sua guarda e disponibilidade ao usuário. Tais problemas podem e devem ser resolvidos, no entanto, o interesse do gestor público é essencial para resolver esse problema.

A presença de um profissional de Arquivologia certamente seria decisiva para gerir o fluxo documental dessa instituição, de modo a *por ordem no caos*, ao cuidar das massas documentais que lá se encontram acumuladas em ambientes inadequados e desorganizados.

Resta-nos dizer que este trabalho pode servir de mote para outras pesquisas na área de Arquivologia, pois temos a consciência da importância de se fazer diagnóstico de arquivo, especificamente, nas penitenciárias brasileiras, que guardam um bem cultural que precisa ser preservado e conservado: a memória. Essa consciência, inclusive, leva-nos a ratificar a frase “quem não tem memória não tem história”, um aforismo que deve fazer parte de nossa cultura.

## REFERÊNCIAS

ADELSON, Pedro. **Sistema penitenciário: cotidiano dos presídios**. João Pessoa: A União, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sistema penitenciário: cotidiano dos presídios II**, João Pessoa: Ideia, 2010.

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. **Tempo social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: 3 (1-2): 1991, p. 7-40.

Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos. Formulário de Pesquisa do Conarq para conhecer realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil. RJ: Arquivo Nacional, 2009

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Ministério Da Justiça: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). 2005.

Códigos 5 em 1: Constituição Federal, Civil, Processo Civil, Penal, Processo Penal: legislação complementar e súmulas do STF e do STJ. Barueri: Editora Manole, 2010.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para que?**: textos escolhidos: tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 30ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v.25, n. 2, pp. 209-221, maio/ago. 1995.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Luis Carlos. **A Nova arquivística na modernização administrativa** 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **A informação e os Arquivos: Teorias e Práticas**, Niterói-RJ: EDUFF, 1996.

MALAQUIAS, Josinaldo José Fernandes **Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Ciência da Informação UFPB - João Pessoa, 1999.

\_\_\_\_\_. **Poder e Socialidade: o contexto penitenciário paraibano**. Bauru-SP: EDUSC, 2008.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo, Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.  
\_\_\_\_\_. **Gestão de documentos de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol, **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: \_\_\_\_\_. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília. SENAC, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm). Acesso em: 18 nov.2012.

## ANEXO



**Formulário de Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade  
dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil**

**MÓDULO I - IDENTIFICAÇÃO:****1. Denominação:**

Nome da Instituição:

Sigla:

Outra forma do nome:

Subordinação/vinculação administrativa:

Data de Criação/Ato que o criou:

Nome e formação do responsável pela Instituição:

**2. Natureza:****Pessoa Jurídica de direito público:**

Estadual

Municipal

Autarquia

Fundação pública

Outra:

**3. Endereço:**

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro/Distrito:

CEP:

Município:

Estado:

Caixa Postal:

Tel.1:

Tel.  
2:

Fax:

e-mail:

Sítio:

**4. Objetivo Institucional e principais atribuições:**

**MÓDULO II - ACERVO:**

**5. Caracterização do acervo: dados gerais.**

**6. Datas-Limite do acervo:**

**7. Mensuração:**

**8. Os Fundos/Coleções possibilitam principalmente estudos dos períodos:**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Colonial               | <input type="checkbox"/> Imperial/Monárquico    |
| <input type="checkbox"/> Republicano (pré 1930) | <input type="checkbox"/> Republicano (pós 1930) |

**Temas Preponderantes:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura / Engenharia / Urbanismo / Cartografia      | <input type="checkbox"/> Artes plásticas / Teatro     |
| <input type="checkbox"/> Habitação e planejamento, Colonização e reforma agrária | <input type="checkbox"/> Cinema / Música / Literatura |
| <input type="checkbox"/> Administração / Fazenda e Finanças                      | <input type="checkbox"/> Imigração / Sindicalismo /   |
| <input type="checkbox"/> Agropecuária  | <input type="checkbox"/> História do Brasil           |
| <input type="checkbox"/> Trabalho / Assistência / Previdência                    | <input type="checkbox"/> Ciência e Tecnologia         |
| <input type="checkbox"/> Política externa / Política nacional                    | <input type="checkbox"/> Meio ambiente e recursos     |
| <input type="checkbox"/> Indústria / Comércio                                    | <input type="checkbox"/> naturais                     |
| <input type="checkbox"/> Educação, Cultura, Cidadania e Justiça                  | <input type="checkbox"/> Saúde e saneamento           |
| <input type="checkbox"/> Defesa e Segurança                                      | <input type="checkbox"/> Energia                      |
| <input type="checkbox"/> Legislativa / Judiciária                                | <input type="checkbox"/> Transportes                  |
| <input type="checkbox"/> Comunicações  | <input type="checkbox"/> Outro (s).                   |
| <input type="checkbox"/> Religião / Antropologia / Etnologia                     | <input type="text"/>                                  |

**9. Gênero Documental:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Documentos textuais       | <input type="checkbox"/> Documentos iconográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos bibliográficos | <input type="checkbox"/> Documentos cartográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos eletrônicos    | <input type="checkbox"/> Documentos filmográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos sonoros        |   |



## 10. Estágios de tratamento:

Identificado  % Sem identificação  %  
 Organizado parcialmente  % Organizado totalmente  %

**MÓDULO III - ATIVIDADES DE ARQUIVO:**

## 11. A Instituição possui sistemas ou rede de arquivo?

Sim  Não

## 12. O arquivo público é o órgão central do sistema ou da rede de arquivos?

Sim  Não

## 13. O Arquivo desenvolve uma gestão sistêmica de documentos que integre as fases corrente, intermediária e permanente?

Sim  Não

## 14. Existe comissão de avaliação de documentos?

Sim  Não

## 15. A Instituição possui código de classificação de documentos?

Sim  Não

## 16. A Instituição possui tabela de temporalidade e destinação de documentos?

Sim  Não

## 17. A Instituição possui programa de recolhimento de documentos ao arquivo permanente?

Sim  Não

## 18. Elimina documentos?

Sim  Não

## 19. Assinale as formas de controle da eliminação:

Edital de Ciência de eliminação de documentos  
 Listagem ou lista de eliminação de documentos  
 Termo de eliminação de documentos  
 Outro

## 20. Os procedimentos técnicos praticados na organização e descrição do acervo acham-se normalizados?

Sim       Parcialmente       Totalmente       Não

21. Em caso afirmativo, a ISAD-G e/ou a NOBRADE são utilizadas?

Sim       Não

22. Qual a porcentagem do acervo descrito de acordo com a NOBRADE?

%

### Recuperação da Informação:

23. Há instrumento (s) de pesquisa do fundo/coleção?

Sim       Não

Em caso afirmativo, favor selecionar seu tipo:

Guia       Inventário sumário       Inventário analítico       Catálogo       Repertório

Índice       Outros

## MÓDULO IV - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS:

24. Instalações:

### Prédio

<input type="checkbox"/> Próprio - construído para arquivo	<input type="checkbox"/> Imóvel tombado
<input type="checkbox"/> Próprio - adaptado para arquivo	<input type="checkbox"/> Prédios anexos
<input type="checkbox"/> Alugado/cedido - adaptado para arquivo	<input type="checkbox"/> Depósitos fora do prédio sede
	<input type="checkbox"/> Depósito para arquivo intermediário

Ano de Construção do prédio:

Qual a área total construída?

 m2

Qual a área total destinada à armazenagem do acervo?

 m2

Qual a área total ocupada pelo acervo?

 m2

Qual a área destinada ao processamento técnico do acervo?

 m2

O imóvel possui condições de acesso para deficientes?

Sim       Não

25. Quanto às condições ambientais da área de guarda do acervo, assinale:

<input type="checkbox"/> Controle de temperatura e umidade	<input type="checkbox"/> Filtragem de Poluentes
<input type="checkbox"/> Controle de luminosidade	
<input type="checkbox"/> Programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos	

**Sistema de armazenamento e acondicionamento:****26. Documentos armazenados em mobiliário?**

Sim     Não    Em caso afirmativo, assinale:

Aço     Deslizante     Madeira     Alvenaria

**27. Documentos acondicionados?**

Sim     Não     Parcialmente

Em caso afirmativo, especifique:

Polionda     Papelão     Metal     Outros

**Segurança:****28. Existe prevenção contra incêndio?**

Sim     Não    Em caso afirmativo, assinale:

- Extintores automáticos (tipo Sprinkler)
- Extintores manuais
- Detectores de fumaça
- Mangueiras
- Brigada de incêndio

**29. Existe um plano de resgate do acervo em casos de desastre/emergências?**

Sim     Não

**30. Existe prevenção contra roubos?**

Sim     Não    Em caso afirmativo, assinale:

- Circuito interno de televisão
- Segurança patrimonial
- Alarme

**31. Laboratórios:**

- Microfilmagem
- Conservação/Restauração/Encadernação
- Fotografia
- Audiovisual (Som, filmes e vídeos)
- Digitalização

**Microfilmagem:****32. O órgão microfilma documentos?**

Sim     Não

33. A microfilmagem está prevista na tabela de temporalidade?

Sim     Não

34. A microfilmagem é realizada para:

Dar acesso                       Preservação dos originais                       Substituição de suporte

35. A microfilmagem de documentos é realizada:

Pelo próprio órgão                       Por terceiros

36. Localização de arquivo de segurança de microformas:

Na instituição                       Em outro local

#### Recursos de Informática:

37. Quantos microcomputadores a instituição possui?

38. Possui sistemas informatizados para processamento técnico arquivístico do acervo?

Sim     Não

39. Possui sistemas informatizados de recuperação de informações para o usuário?

Sim     Não

40. Sistemas disponíveis em rede:

Intranet                       Internet                       Extranet

41. O desenvolvimento/gerenciamento dos sistemas informatizados é feito:

Pelo próprio órgão                       Por terceiros

42. O arquivo público possui servidor de rede próprio?

Sim     Não

#### Digitalização de documentos:

43. Há digitalização de documentos?

Sim     Não

44. A digitalização é realizada para:

Dar acesso                       Preservação dos originais                       Substituição de suporte

45. A digitalização de documentos é realizada:

Pelo próprio órgão                       Por terceiros

46. Ocorre a utilização de sistemas híbridos (microfilmagem e digitalização associados)?

Sim                       Não

47. Ocorre a integração da digitalização de documentos ao sistema workflow?

Sim                       Não

**Atendimento ao usuário:**

48. Presta informações:

Presencial                       Telefone / fax                       E-mail                       Correspondência

49. Dias da semana e horário de atendimento ao usuário:

50. Condições gerais de acesso ao acervo documental:

Consulta aberta ao público                       Consulta restrita                       Sem consulta

Em caso de consulta restrita, especifique:

Documentos classificados como sigilosos                       Em fase de organização  
 Estado de conservação                       Necessidade de autorização  
 Por não estar organizado                       Necessidade de prévio aviso

51. Permite reprodução de documentos ?

Sim                       Não                       Com restrições

52. Existe tabela de preços para serviços arquivísticos?

Sim                       Não

53. Tipos de reprodução:

Eletrostática (xerox)                       Micrográfica                       Fotográfica                       Digital  
 Transcrição                       Videográfica/audiográfica

54. Mobiliário e equipamentos disponíveis ao usuário:

Mesas/cadeiras                       Leitores de microformas  
 Aparelho de vídeo / Aparelhos de som                       Terminais de computador

## 55. Recursos Humanos:

Qual o número total de funcionários/servidores lotados no arquivo?

Quantos servidores pertencem ao quadro permanente?

Quantos servidores são cedidos?

Quantos servidores são contratados?

Quantos servidores só possuem cargo em comissão?

Quantos funcionários são terceirizados na atividade-fim?


## 56. Escolaridade:

Nível superior	Formação Profissional		Quantitativo
	Arquivista		
Bibliotecário			
Profissional de História			
Especialista em Conservação			
Outros:			
Especialização / Pós-graduação	Especialização		
	Mestrado		
	Doutorado		
Nível Médio	Formação Profissional		Quantitativo
	Técnico de Arquivo		
Auxiliar administrativo, Técnico de informática			
Técnico em Conservação			
Outros:			
Nível Fundamental	Formação Profissional		Quantitativo

57. Promove a participação de seu corpo técnico em cursos, treinamentos e seminários específicos para o desenvolvimento das atividades de arquivo?

 Sim Não

## 58. Dotação Orçamentária:

Possui Orçamento Próprio?

 Sim Não

Orçamento/Dotação orçamentária anual (quantia)

## 59. Distribuição do orçamento (em porcentagem de aplicação):

Manutenção do edifício (gastos com telefone, água, luz e outros)		%
Quadro de pessoal		%
Contratação de serviços de terceiros		%
Treinamento, capacitação, atualização da equipe técnica		%
Tratamento técnico arquivístico		%
Preservação do acervo		%
Infra-estrutura física e tecnológica		%
Publicações		%
Exposições		%

60. Utilize este espaço para observações ou para complementação de resposta a qualquer uma das questões anteriores:

### MÓDULO V - A RESPEITO DO CONARQ:

61. Tem conhecimento das atribuições e atividades desenvolvidas pelo CONARQ?

Sim       Não

62. Toma conhecimento e utiliza as Resoluções do CONARQ para orientar suas ações arquivísticas?

Sim       Não

63. Indique em que medida cada fator abaixo relacionado poderia contribuir para o aprimoramento das ações do CONARQ (Preencha os quadrados abaixo atribuindo os números 1, 2, 3 e 4 no que se refere a grau de prioridades, sendo o número 1 o de maior grau)

Relacionamento mais estreito do CONARQ com os arquivos públicos, associações arquivísticas, comunidades arquivísticas e sociedade.

Maior interação e troca de experiências, por meio de seminários, palestras, oficinas e mesas-redondas com o objetivo de aprimorar a capacidade de compreender, interpretar e aplicar de forma consistente as normas do CONARQ e a legislação arquivística.

Programa de Assistência/orientação técnica na implementação de sistemas de gestão e preservação de documentos.

Programa de capacitação de recursos humanos nas atividades arquivísticas, tanto presencial quanto a distância.

64. Utilize o espaço abaixo para propor reflexões e medidas que possam contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Arquivos:

### MÓDULO VI - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Nome completo:

Cargo ou função:

e-mail:

Data do preenchimento:

Telefone: